

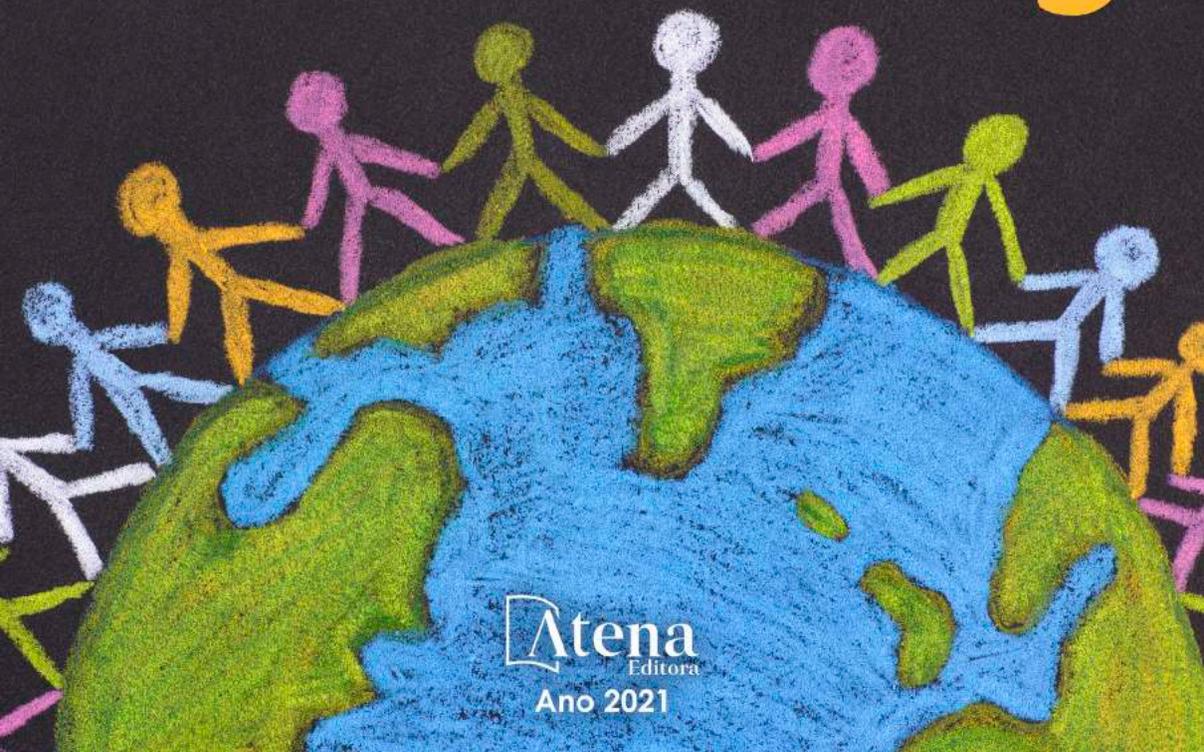
AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

5



Atena
Editora
Ano 2021

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

5



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-646-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.468211611>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação enquanto fenômeno social: Democracia e Emancipação Humana**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, a mulher negra, o trabalhador, a juventude rural, os professores em seus diferentes espaços de trabalho, entre outros.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

USO DE DISPOSITIVOS MÓVILES: ESTUDIANTES Y PROFESORES ANTES Y DURANTE LA PANDEMIA COVID-19

Ana María Soto Hernández

Laura Silvia Vargas Pérez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116111>

CAPÍTULO 2..... 14

A EDUCAÇÃO MUSICAL POR MEIO DOS MÉTODOS ATIVOS COMO RECURSO PARA INCLUSÃO DE PESSOAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marlene Betzel Luxinger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116112>

CAPÍTULO 3..... 31

A (RE) ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NO SERTÃO DE ALAGOAS

Luciene Amaral da Silva

Inalda Maria dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116113>

CAPÍTULO 4..... 43

ROTEIRO DE VIAGEM: UMA INCURSÃO PELO CONHECIMENTO

Vânia Mar da Silva Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116114>

CAPÍTULO 5..... 48

A RESISTÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS À NEGAÇÃO DO SEU DIREITO DE SER

Valeria de Fatima Tartare Marassatto

Maria de Fátima Guimarães

Thiago Alexandre Hayakawa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116115>

CAPÍTULO 6..... 61

THE TEACHING OF MATHEMATICS THROUGH MICROPROJECTS. A SEMIOTIC ONTOLOGICAL APPROACH FOR SOCIAL SCIENCES

Alberto Isaac Pierdant Rodríguez

Jesús Rodríguez Franco

Ana Elena Narro Ramírez

Alberto Isaac Pierdant Castellanos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116116>

CAPÍTULO 7..... 73

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO DE

NEGROS APÓS A ABOLIÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX

Fabiana Silva

Fernando Gaudreto Lamas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116117>

CAPÍTULO 8..... 79

A TECNOLOGIA DE GROUPWARE COMO RECURSO PARA O PROCESSO DE ESTUDO E PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR

Julia Ángela Ramón Ortiz

Jesús Vilchez Guizado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116118>

CAPÍTULO 9..... 92

A FONOAUDIOLOGIA JUNTO A INCLUSÃO DOS SURDOS NA ESCOLA

Alessandra Pantoja Carneiro

Adriana Sá Monteiro

Danielle Basilio dos Santos

Iona Vicente Monteiro Carneiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4682116119>

CAPÍTULO 10..... 106

ENSINO DA PRODUÇÃO DE TEXTOS: RECORTE DE UMA PRÁTICA

Geni Rosa de Oliveira

Claudete Casmeschi de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161110>

CAPÍTULO 11 121

CURSO DE PEDAGOGIA: A PRÁXIS NA FORMAÇÃO INICIAL ARTICULADA ENTRE DOCENCIA E GESTÃO EDUCACIONAL

Maria Lucia Morrone

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161111>

CAPÍTULO 12..... 130

GÊNERO E ENEM: UMA PERSPECTIVA FORMATIVA SOBRE A AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Guilherme Stecca Marcom

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161112>

CAPÍTULO 13..... 142

O ENSINO DA LEITURA E DA PRODUÇÃO TEXTUAL NO CAMPUS ARAPIRACA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS: PESQUISA E INTERVENÇÃO

Adriana Nunes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161113>

CAPÍTULO 14..... 154

LEEMUSICA/READMUSIC: PROYECTO DE INNOVACION EDUCATIVA DE LA

Rosario Castañón Rodríguez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161114>

CAPÍTULO 15..... 162

PROJETO DE ENSINO CLÍNICO EM PRIMEIROS SOCORROS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camila de Souza Lopes

Marcos Antonio Nunes Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161115>

CAPÍTULO 16..... 169

CONCEPÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO REGULAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Sherlany da Silva

José Roberto Gonçalves de Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161116>

CAPÍTULO 17..... 180

EDUCAÇÃO ESTATÍSTICA- FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM AULAS INVESTIGATIVAS

Albano Dias Pereira Filho

Nielce M. Lobo da Costa

Cynthia Souza Oliveira

Marlise Geller

Gilson Moura da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161117>

CAPÍTULO 18..... 186

INTRODUÇÃO AO ENSINO DA CURVA NORMAL: UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DE JOGOS COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Albano Dias Pereira Filho

Claudio de Sousa Galvão

Cynthia Souza Oliveira

Anderson Brasil Silva Cavalcante

Nielce M. Lobo da Costa

Débora Lorrane Sousa Couto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161118>

CAPÍTULO 19..... 194

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA

João Claudio Madureira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161119>

CAPÍTULO 20.....	204
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIEDADE E SUSTENTABILIDADE Sheila Mayara Ribeiro do Carmo  https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161120	
CAPÍTULO 21.....	217
CURSO PREPARATÓRIO PARA MESTRADO E DOUTORADO: UMA FORMA DE LETRAMENTO? Aline Lucia Marques Pacheco  https://doi.org/10.22533/at.ed.46821161121	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	226
ÍNDICE REMISSIVO.....	227

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA

Data de aceite: 01/11/2021

João Claudio Madureira

IFPR Campus Campo Largo
Campo Largo – PR
Orcid: 0000-0002-7484-5650

RESUMO: O presente trabalho procura apresentar reflexões sobre o caráter político e transformador da agroecologia no âmbito da educação profissional do campo. Tendo como referência uma mesma matriz histórico-social ancorada na luta pela terra, apresentamos um conjunto de concepções e referencial teórico que destacam o potencial contra hegemônico da educação profissional do campo e da agroecologia, com base em um projeto sociopolítico que considera o universo camponês e reconhece no campo um espaço de vida digna que requer políticas específicas e próprias para seus sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Educação do Campo; Agroecologia.

PROFESSIONAL EDUCATION IN THE FIELD: CONTRIBUTIONS FROM AGROECOLOGY

ABSTRACT: This paper seeks to present reflections on the political and transformative nature of agroecology in the field of professional education in the countryside. Based on the same historical-social matrix anchored in the struggle for land, we present a set of conceptions and theoretical framework that highlight the counter-hegemonic potential of professional

rural education and agroecology, based on a sociopolitical project that considers the peasant and recognizes in the countryside a dignified living space that requires specific and specific policies for its subjects.

KEYWORDS: Professional Education; Countryside Education; Agroecology.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação do Campo e a Agroecologia são temas de grande relevância na atualidade, em razão da necessidade urgente de se enfrentar o crescente processo de degradação ambiental e o aprofundamento da pobreza e da desigualdade.

Tornar real e efetiva a sustentabilidade ambiental e social exige novos padrões de desenvolvimento, novas tecnologias, novos valores e a garantia de oportunidades iguais a todos/as. Significa valorizar a cultura, a ciência e a educação.

O objetivo do presente trabalho é contribuir na perspectiva acima por meio da apresentação de referencial teórico e inferências que considerem a Educação do Campo e a Agroecologia como instrumentos capazes de auxiliar na superação das desigualdades e da exclusão e na promoção de um modelo de desenvolvimento com justiça social em nosso país.

A luta pela Educação do Campo não pode estar descolada da questão agrária no

país e, portanto, da luta pela Reforma Agrária. Estamos falando da disputa de projetos para o campo, onde a questão agrária está diretamente associada ao domínio do agronegócio sobre o modelo brasileiro. Como assinala Molina et al,

a Agroecologia, na perspectiva da Educação do Campo, está organicamente vinculada à problemática agrária contemporânea. Essa é a totalidade maior que as contém: tanto a Agroecologia quanto a Educação do Campo não podem ser verdadeiramente compreendidas em separado da questão agrária no Brasil, que, por sua vez, não é determinada somente pelos interesses nacionais (MOLINA et al, 2014, p. 256).

Os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia guardam correspondência a uma mesma matriz histórico-social constituída por áreas do conhecimento que têm em comum a luta pela terra; o enfrentamento do agronegócio; o protagonismo dos movimentos sociais; e outra concepção de educação, de desenvolvimento, de campo e de sociedade (SILVA; MIRANDA, 2015).

Compreendemos a natureza da educação profissional enquanto campo em disputa, na dualidade (entre projetos voltados ao capital e projetos emancipatórios) e nos obstáculos a serem superados na consecução de políticas públicas, cuja concepção hegemônica, predominante por mais de um século, sempre desconsiderou os interesses da classe trabalhadora do campo.

Caldart (2008) assevera que o conceito de Educação do Campo, apesar de relativamente novo, também está em disputa, salientando que este conceito tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. A autora destaca três questões de grande importância para a discussão conceitual da Educação do Campo, sendo a primeira referente à exigência que se pense/trabalhe sempre na tríade campo/política pública/educação, pois há que se perseguir a permanente relação entre esses termos sob pena de ocorrer uma “desconfiguração política e pedagógica de fundo da Educação do Campo” (CALDART, 2008, p. 71). A segunda questão salienta a especificidade da Educação do Campo, ou seja, a própria discussão “do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos” (CALDART, 2008, p. 73). Por fim, a autora ressalta três momentos, distintos e simultâneos, que constituem o movimento da Educação do Campo: i) o da negatividade enquanto denúncia/resistência ao conjunto de adjetivações/percepções que atribuem ao campo toda sorte de referências associadas ao atraso; ii) o da positividade, no sentido da luta, práticas e propostas concretas; e iii) o da superação, numa perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

Quanto à Agroecologia, partimos da compreensão dela como ciência (área do conhecimento), como prática social e como matriz tecnológica, reconhecendo que estas concepções ainda estão em construção, e destacamos a centralidade das categorias hegemonia e contra hegemonia para o aprofundamento das questões propostas.

Em contraposição aos projetos voltados ao mercado de trabalho/capital, a educação

profissional também é marcada por discussões e experiências que se situam no campo da resistência ao modo de produção de vida existente.

Conforme observado por Frigotto (2012), isto significa situar a Educação Profissional do Campo, considerando as bases histórico-materiais em que essa concepção de educação se constrói, à luz da politecnia, ou seja, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno.

Importante, ainda, ressaltar que a Educação do Campo guarda relação direta com um conjunto de referências pedagógicas que fundamentam o seu caráter transformador, dos quais destacamos o pensamento pedagógico socialista, no qual a dimensão educativa e cultural do trabalho é fundamental; a pedagogia do oprimido, que traz a contribuição freireana quanto ao papel de conscientização e de emancipação da prática educativa; e a pedagogia do movimento, que coloca a práxis desenvolvida nas experiências educativas dos movimentos sociais como elemento fundante da educação do campo.

Para contrapor-se à lógica hegemônica, segundo a qual a formação profissional deve atuar para incluir a todos no modelo do capital, a Educação do Campo nasce questionando a atual lógica do modelo agrícola, pois carrega uma nova concepção de campo e desenvolvimento que tem a Reforma Agrária como vetor. Uma opção de desenvolvimento com alteração na estrutura agrária, sem negar a modernização técnica e tecnológica. Porém, modernização técnica com mudança social exige nova cultura, para que haja compatibilidade entre a estratégia produtiva, a soberania alimentar, a preservação ambiental e o aperfeiçoamento das relações de trabalho (SANTOS, 2011, p. 320).

Neste sentido, retomamos a afirmação da Agroecologia como ciência, como prática social e como matriz tecnológica. Ciência que compreende um conjunto de áreas do conhecimento em diálogo com a natureza e seus interlocutores; prática social que tem vínculo direto com a luta pela terra, o enfrentamento do agronegócio e o protagonismo dos sujeitos coletivos, portanto uma concepção transformadora; e matriz tecnológica com foco na alimentação saudável, no manejo sustentável e na soberania alimentar com vistas a um novo processo civilizatório.

Um dos conceitos-chave que orientam teórica e metodologicamente a agroecologia é o de agroecossistema, unidade de análise que permite estabelecer um enfoque comum às várias disciplinas científicas. Um agroecossistema é, em resumo, um ecossistema artificializado pelas práticas humanas, por meio do conhecimento, da organização social, dos valores culturais e da tecnologia, de maneira que sua estrutura interna é uma construção social produto da coevolução entre as sociedades humanas e a natureza (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 60).

A partir destes princípios que orientam a Educação (Profissional) do Campo e à luz dos apontamentos que situam a educação profissional como um campo em disputa, trazemos as contribuições de Caldart (2011) sobre as três dimensões que a autora considera essenciais para que os cursos, incluindo-se a Agroecologia, possam se constituir em uma efetiva política de formação profissional para os trabalhadores do campo: i) que

os cursos contribuam no debate e na construção teórico-prática de uma nova matriz científico-tecnológica para o trabalho no campo, desde a lógica da agricultura camponesa sustentável; ii) que os cursos trabalhem na perspectiva de situar essa matriz no contexto mais amplo de transformações das relações sociais e da luta contra o sistema hegemônico de produção e; iii) buscar construir um projeto formativo sustentado em uma concepção de educação e de Educação Profissional e materializado em um projeto político-pedagógico a partir de suas especificidades e das necessidades socioculturais e econômicas de seus sujeitos concretos.

Conforme já explicitado, a luta pela Educação do Campo não pode estar descolada da questão agrária no país e, portanto, da luta pela Reforma Agrária. Daí a correspondência da matriz sócio-histórica da Agroecologia e da Educação do Campo.

Frente a essa realidade, o campesinato, em sua luta política, vem contribuindo por sua práxis com a luta contra hegemônica pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar e pela Agroecologia.

21 A AGROECOLOGIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO ELEMENTOS CONSTITUINTES DO POTENCIAL CONTRA HEGEMÔNICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA DO CAMPO

A Agroecologia, no âmbito da Educação do Campo, se coloca como elemento constituinte do potencial contra hegemônico da formação profissional pensada e realizada na perspectiva da classe trabalhadora do campo. Para compreender a impossibilidade de pensar a Agroecologia apartada da discussão da Reforma Agrária e do fortalecimento da agricultura camponesa tomaremos como referências centrais as contribuições de Alentejano (2014), Michelotti (2014), Molina et al (2014) e Sá e Molina (2014).

Alentejano (2014) reitera a necessidade de analisar temas nucleares da questão agrária brasileira do início do século XXI com vista ao entendimento dos desafios a que o desenvolvimento da Agroecologia está inserido. Para este autor, a persistência da concentração fundiária, a crescente internacionalização da agricultura brasileira, a crescente insegurança alimentar e a perpetuação da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo são os quatro temas centrais.

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil remonta o período colonial e caracteriza o perfil arcaico e reacionário da elite brasileira. De acordo com os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (BRASIL, 2017) a agricultura familiar representa 77,0% dos estabelecimentos rurais, equivalente a apenas 23,0% da área ocupada, gerando, no entanto, 67,0% do pessoal ocupado no campo e sendo responsável por 23,0% do valor bruto total da produção agropecuária. Estes dados expressam um resultado econômico proporcionalmente maior à área que ocupam, pois, como afirma Michelotti, os estabelecimentos familiares fazem um uso mais intensivo da terra e do trabalho, “o

que lhes dá um potencial superior de desenvolver projetos produtivos baseados no manejo qualificado da natureza, que se constitui como um dos pilares da Agroecologia” (MICHELOTTI, 2014, p. 85).

A concentração fundiária é responsável pelo processo de expulsão dos trabalhadores do campo e mais recentemente está associada a uma nova onda de internacionalização da agricultura no Brasil, seja na compra de terras, seja no domínio tecnológico e financeiro por grandes empresas transnacionais (ALENTEJANO, 2014).

A consolidação do agronegócio, entendido enquanto “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado” (DELGADO, 2006, p. 1, apud ALENTEJANO, 2014, p. 37) vem intensificando o processo de insegurança alimentar com a diminuição das áreas de plantio de alimentos básicos e o crescimento acentuado da produção de “commodities”, seja na agricultura, seja na pecuária.

Alentejano (2014) e Michelotti (2014) asseveram ainda a violência, a exploração do trabalho e a devastação ambiental como pilares do modelo agrário dominante no campo brasileiro.

O modelo agrário dominante no Brasil, ancorado no tripé latifúndio-monocultura-agroexportação, é historicamente violento, injusto e devastador, e a longa história de luta dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais contra esse modelo tem denunciado frequentemente as mazelas que ele produz (ALENTEJANO, 2014, p. 46).

Frente a essa realidade, como afirmado anteriormente, o campesinato, a despeito das tentativas do latifúndio de promover a invisibilidade deste grupo social, resistem em sua luta política e vem contribuindo por sua práxis com a luta contra hegemônica pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar e pela Agroecologia. Neste processo, como assinala Esmeraldo et al,

o conhecimento agroecológico, do senso comum, que se origina no saber campesino tradicional, vai sendo sistematizado, “vai se constituindo como ciência” na medida que “ganha corpo e método” e “não perde sua essência quando permite o permanente diálogo com a natureza e seus interlocutores” (ESMERALDO et al, 2014, p. 134-135).

Para o mesmo autor, a Agroecologia é “um campo fértil para se pensar e viver um novo processo civilizatório”, especialmente em decorrência “dos canais de comunicação entre o saber científico agroecológico e os saberes locais em permanente construção” (Ibidem).

A partir dos anos 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST incorpora a defesa da Agroecologia como uma diretriz e bandeira política, sinalizando-a como uma nova matriz tecnológica de produção na agricultura (FRADE; SAUER, 2017).

Neste sentido, segundo os mesmos autores:

O MST tem buscado estabelecer princípios que norteiam tanto concepções

como práticas, o que tem provocado desafios já que a Agroecologia é entendida como uma construção coletiva. A partir da Agroecologia, o MST busca a emancipação humana, considerando as implicações ecológicas e a ressignificação da vida (ou a busca por qualidade de vida), não mediada pelos interesses do capital. Busca o exercício pleno de uma nova ordem de relações sociais no trabalho, com a superação da propriedade privada dos lotes e dos meios de produção, e de uma nova forma de cooperação agrícola. Busca redefinir formas de produção, a partir da autonomia (decisão de qual alimento produzir e consumir), diversificação (alternativas à produção tradicional de trigo, milho, soja e arroz) e do aumento de escala na produção diversificada de alimentos baratos e saudáveis para a população, rompendo com a noção de nichos de mercado ambientalmente corretos (FRADE; SAUER, 2017, p. 80).

A partir dessa compreensão, os diversos centros de formação e capacitação vinculados aos movimentos sociais passaram a adotar a Agroecologia como fio condutor dos seus processos formativos, incorporando-a nas demandas apresentadas ao Programa Nacional de Educação na reforma Agrária – PRONERA (MOLINA et al, 2014), contrapondo-se, assim, ao percurso histórico das Ciências Agrárias no Brasil. Este campo multidisciplinar de estudos no Brasil contribuiu para a consolidação do modelo de desenvolvimento dominante (agronegócio), respondendo às necessidades de inovação tecnológica do capital agrário onde, geralmente, “as universidades brasileiras acabaram por perder autonomia na definição de princípios ético-políticos e na possibilidade de formular propostas alternativas de desenvolvimento para o país” (SÁ; MOLINA, 2014, p. 91).

É dessa forma que os movimentos sociais, ao compreenderem as complexas questões que envolvem o tema, disputam legitimamente o fundo público na direção da consecução de políticas públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora.

Desde essa perspectiva, os cursos de Ciências Agrárias financiados pelo PRONERA, em especial aqueles que assumem a perspectiva agroecológica, têm muitas possibilidades de contribuir com a luta camponesa. Por um lado, por incorporarem na academia a questão agrária sob a perspectiva crítica ao projeto hegemônico, dando visibilidade ao campesinato. Por outro, por contribuir para um diálogo de saberes entre camponeses e acadêmicos, fundamental para a consolidação de novas bases técnicas e políticas para um projeto camponês, contra-hegemônico e emancipatório, para o campo brasileiro (ALENTEJANO, 2014, p. 85).

A concepção da agroecologia como área do conhecimento, prática social e matriz tecnológica, defendida anteriormente, pode ser percebida em projetos pedagógicos como o do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPR Campo Largo (BRASIL, 2015), bem como pode ser evidenciada na fala dos dirigentes do movimento social, em pesquisa referente a esta temática (MADUREIRA, 2018).

Ao afirmar que a “Agroecologia é uma Ciência ou conjunto de conhecimentos de caráter multidisciplinar, cujos princípios visam contribuir na construção de formas de

agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rurais alternativos” (BRASIL, 2015, p. 8), o Projeto Pedagógico do Curso citado sintetiza o percurso a ser percorrido, propondo para além da apropriação de conhecimentos desta ciência, a sua articulação e diálogo com os saberes dos camponeses e suas práticas sociais ao tempo que estimula e forja o debate para o questionamento da realidade na perspectiva da construção de uma nova matriz tecnológica.

Da mesma forma, a articulação entre conhecimento e projeto político centrado na agroecologia é expresso com clareza pelos dirigentes do movimento social entrevistados da seguinte maneira:

A agroecologia, hoje se pensar no processo de transformação da sociedade sem pensar agroecologia, ao nosso ver, de quem tá no campo, é impossível. Porque hoje qualquer projeto de transformação social, se não levar em conta a dimensão de sobrevivência do planeta e como nós seres humanos relacionamos com ele, ele tá dado[...]. Então, ela é fundamental, porque a medida que você vai discutir a agroecologia como uma ciência, ela é uma ciência, hoje tem vários debates, nós vamos ter a agroecologia com vários campos, a gente trabalha da perspectiva dela como uma ciência que reúne o que a gente chama da possibilidade de compreender a área de conhecimento como uma totalidade, e na medida que a agroecologia se insere, que você tem que ter o domínio das ciências da natureza, mas não é o domínio só teórico, é o domínio prático, como isso acontece [...]. Então, quando você tem nesse plano um processo de organização onde a agroecologia ela ajuda a construir uma nova perspectiva de vida, de comunidade entre as famílias, em relação com o corpo, com a saúde, com a natureza. Esse que é o nosso desafio. Porém, nós enfrentamos um modelo que é hegemônico, que é o modelo do agronegócio hoje na agricultura, isso não só a nível de Brasil, mas a nível mundial. Então você vai combater uma experiência que tá crescente, mas ainda ela é algo que tá mais pra nós, ela não tem uma visibilidade que ela teria que ter e você tem um agronegócio com o pacote pronto. [...] nesse campo a agroecologia ela é, hoje ela é um espaço de resistência, mas também de desafio nosso de construção de conhecimento e tecnologias[...]. Se a gente pensa num projeto de campo de enfrentamento da questão agrária hoje e a agroecologia se coloca como central, porque você dá uma outra função social pra terra, [...] se eu discuto que a terra, ela continua tendo função social a medida que ela cria uma comunidade, de vida, de trabalho, que naquele espaço vai ter acesso à educação, à cultura, que vai ter segurança, que é um dos debates maiores hoje na sociedade, que seja, segurança, que vai produzir alimentos saudáveis, que não é só pra quem está no campo, mas pra quem está na cidade, eu acho que se as pessoas vão começando a compreender essa relação, a reforma agrária ela de fato se torna popular, porque daí ela é uma necessidade de vida, não é só de dar função pra terra improdutiva, e quem está na cidade vai começar a perceber que fazer reforma agrária significa também dar melhor condição pra quem quer continuar vivendo na cidade, [...] então isso é um diálogo que cada vez mais a gente precisa ampliar, da agroecologia como essa totalidade da relação da vida e ao mesmo tempo de enfrentamento (Entrevista 02, 2017 apud MADUREIRA, 2018).

Na verdade, eu entendo que a produção da matriz agroecológica ela parte primeiramente de uma concepção política, por que? Porque na medida que

a gente defende a agroecologia e pratica agroecologia vai gerando uma certa autonomia no campesinato, onde tem um certo enfrentamento com o agronegócio e uma certa liberdade e uma certa posicionamento de que de fato pode-se enfrentar o agronegócio e produzir uma outra matriz tecnológica e com isso inclusive ideológica. No meu ver, porque quando se faz uma opção ideológica de não usar produtos químicos, você não vai financiar as grandes empresas na produção de sementes, de agrotóxicos e aí por diante. Então o avanço da agroecologia, além de ter a autonomia financeira, vai ter também a autonomia política das organizações e vai fazer esse enfrentamento cada vez mais firme, mais duro em toda concepção de ideia (...) e vai comprovando inclusive que a agroecologia é possível alimentar as pessoas de uma forma muito mais saudável, de uma forma muito mais barata [...]. Ou seja, tendo muito mais convicção da proposta, convicção de fato do inimigo na agricultura campesina que é o agronegócio e vai assumindo mais a agroecologia e vai tendo esse enfrentamento. Então isso é uma questão importante também que tem que se destacar, essa convicção de que de fato nós não estamos plantando só por bonito, só por preservação, a gente está plantando pra viver melhor, pra gerar renda, e pra dizer pra sociedade que esse modo de produção é muito mais viável que o convencional, que a transgênica (Entrevista 01, 2017 apud MADUREIRA, 2018).

Conforme Madureira (2018), tal compromisso com a transformação social se dá na dinâmica cotidiana do curso, sendo percebido pelo coletivo de acompanhamento da turma, quando relatam que o processo de formação proporciona possibilidades concretas de intervenção no desenvolvimento dos projetos de assentamentos onde os/as educandos/as estão inseridos/as.

Sintonizado com estes elementos, Michelotti assinala que os cursos que vinculam Educação do Campo e Agroecologia devem se constituir em “espaços importantes, tanto de resistência às tentativas de apagamento do campesinato da história, como de aprimoramento de práticas produtivas, organizativas e socioculturais que fortaleçam as lutas camponesas e seus projetos (MICHELOTTI, 2014, p. 63).

Corroborando com a defesa de concepção da agroecologia enquanto prática social e matriz tecnológica, o registro de Guhur & Toná (2012) sintetiza esta perspectiva:

Nesse sentido, está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 65).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, podemos reafirmar que a Educação do Campo constitui uma especificidade de processo educativo com base em um projeto sociopolítico que considera o universo camponês e reconhece no campo um espaço de vida digna que

requer políticas específicas e próprias para seus sujeitos.

Nesta perspectiva, a formação em Agroecologia vem ao encontro da concepção apresentada/defendida. Como apontam Esmeraldo et al, a Agroecologia é “um campo fértil para se pensar e viver um novo processo civilizatório”, especialmente em decorrência “dos canais de comunicação entre o saber científico agroecológico e os saberes locais em permanente construção” (ESMERALDO et al, 2014, p. 134-135).

Por fim, a educação profissional, como aquela reivindicada e construída como resistência – reação e criação – pelos movimentos de trabalhadores camponeses no contexto das lutas pela Reforma Agrária, pela terra e pelos direitos sociais, políticos e culturais, nesta formação histórica chamada capitalismo, é criação coletiva e resposta crítica às políticas governamentais hegemônicas destinadas à formação dos trabalhadores (PEREIRA, 2012, p. 291).

Conforme assevera Mészáros, “a transição, ou ruptura agroecológica implica a passagem de um processo de reprodução social completamente insustentável no longo prazo para um outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo” (MESZÁROS, 2007, apud SAUER; BALESTRO, 2009, p. 8).

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. Questão agrária e agroecologia no Brasil do século XXI. In: MOLINA, M.A. et al (Org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20%281%29.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Campo Largo, 2015.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=destaques>. Acesso em 28 out. 2020

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. (Org.) **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. Disponível em: http://www.nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/por_uma_educacao_do_campo.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

_____. Educação profissional no contexto das áreas de reforma agrária: subsídios para discussão diretrizes político-pedagógicas para os cursos do PRONERA. In: SANTOS, C. A.; MOLINA, M.A.; JESUS, S. M. S. A. (Org.) **Memória e história do PRONERA: contribuições do programa nacional de educação na reforma agrária para a educação do campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, 2011. Disponível em: <http://educacaodocampopb.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Mem%C3%B3ria-E-Hist%C3%B3ria-Do-Pronera-Rev-1.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

ESMERALDO, G. G. S. L. et al. O Pronera na reforma agrária e a pesquisa em agroecologia. In: MOLINA, M.A. et al (Org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20%281%29.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

FRADE, F.; SAUER, S. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 64-95, 2017. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/203>. Acesso em 20 out. 2020.

FRIGOTTO, G. Educação politécnica. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MADUREIRA, J. C. B. **O PRONERA e a garantia do direito à educação**: a experiência do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia no Assentamento Contestado (Lapa, PR). 2018. 90 f. Dissertação (Magister en Gobierno y Gestión de Políticas Públicas) - FLACSO/FPA, 2018.

MICHELOTTI, F. Resistência camponesa e agroecologia. In: MOLINA, M.A. et al (Org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias**: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20%281%29.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

MOLINA, M. A. et al. Apresentação. In: MOLINA, M.A. et al (Org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias**: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20%281%29.pdf. Acesso em 28 out. 2020.

PEREIRA, I. B. Educação profissional. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SÁ, L. M.; MOLINA, M. C. Educação superior do campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. In: MOLINA, M.A. et al (Org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias**: reflexões sobre agroecologia e educação do campo nos cursos do Pronera. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/LivroAgroecWEBcor%20%281%29.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

SANTOS, C. A. O PRONERA e as políticas públicas de educação do campo: uma reflexão em perspectiva para subsidiar o futuro. In: SANTOS, C. A.; MOLINA, M.A.; JESUS, S. M. S. A. (Org.) **Memória e história do PRONERA**: contribuições do programa nacional de educação na reforma agrária para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, 2011. Disponível em: <http://educacaodocampopb.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Mem%C3%B3ria-Hist%C3%B3ria-Do-Pronera-Rev-1.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, L. H.; MIRANDA, E. L. Educação do campo e agroecologia: diálogos em construção. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. 37. 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4650.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes traumáticos 162

Agroecologia 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Aprendizagem 14, 15, 18, 19, 22, 25, 26, 28, 38, 43, 44, 45, 46, 73, 74, 75, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 99, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174, 175, 177, 179, 181, 185, 187, 188, 205, 207, 208, 209, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Atividade investigativa 87, 180, 184

C

Competência investigativa 79

Concepção 20, 41, 49, 53, 85, 89, 109, 127, 146, 169, 170, 178, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 219, 220, 221, 224

Curso de Pedagogia 102, 121, 128, 129

D

Dados 15, 23, 24, 26, 37, 41, 82, 83, 86, 87, 89, 96, 97, 103, 107, 108, 116, 118, 130, 133, 134, 135, 136, 149, 150, 151, 152, 171, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 210, 213, 214, 222

Decolonialidade 48, 49, 50

Didactic engineering 61, 62, 63, 71

Diferenças de desempenho 130, 132, 133, 138

Dispositivos móveis 1, 2, 3, 4, 6, 10, 13, 156

Docente e gestor educacional 121, 123, 126

E

Educação ambiental 204, 205, 206, 213, 214, 215, 216

Educação básica 14, 15, 18, 23, 24, 74, 99, 121, 122, 123, 128, 169, 170, 181, 182, 185, 187, 226

Educação do campo 122, 194, 195, 196, 197, 201, 202, 203

Educação estatística 180, 185

Educação inclusiva 14, 22, 27, 29, 96, 100, 104, 170, 171, 173, 179

Educação matemática 181, 185, 186, 193, 226

Educação musical 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Educação profissional 122, 142, 143, 152, 153, 194, 195, 196, 197, 202, 203

Educación infantil 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160
ENEM 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 140, 141
Ensino-aprendizagem 43, 75, 79, 85, 90, 106, 112, 117, 119, 126, 142, 148, 149, 165, 166, 167, 179, 205, 209, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Ensino superior 79, 80, 90, 91, 123, 131, 143, 167, 217, 221, 226
Ensino técnico 142, 143, 144, 147, 148, 149
Escolas 15, 16, 17, 22, 25, 26, 27, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 121, 122, 123, 142, 143, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179
Estudiantes de ingeniería 1, 4, 9, 10, 11

F

Fonoaudiologia educacional 92
Fonte histórica 73
Formação continuada 27, 173, 179, 180, 182, 184, 193
Formação inicial 89, 121, 123, 127, 128
Fórum Municipal 31, 32, 38, 41

G

Gênero textual 58, 111, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223
Geografia 43, 44, 45, 46, 81, 102, 121, 176, 206

H

História 52, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 94, 104, 105, 114, 115, 121, 139, 140, 142, 152, 198, 201, 202, 203, 204, 207, 208
Humanização 58, 94, 169, 179

I

Imagem 73, 76, 77, 114, 116, 132, 215
Inclusão 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 84, 92, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179
Innovación 4, 10, 11, 13, 154, 155, 157, 158, 159, 160
Internet 7, 8, 10, 32, 33, 43, 44, 45, 83, 85, 87, 90, 91, 110, 115, 223

J

Jogos 19, 21, 22, 82, 176, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 192

L

Leitura 50, 54, 55, 58, 75, 77, 99, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 207, 219, 223, 225

Lenguaje musical 154, 155, 156, 160

Letramento 98, 101, 108, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226

Literatura 48, 49, 96, 115, 120, 133, 147, 215

Livro didático 29, 73, 74, 76

M

Mathematics 2, 61, 62, 64, 69, 70, 71, 139, 181, 186

Métodos ativos 14, 15, 18, 24, 25, 26, 27, 28

Microprojects 61, 62

N

Notícia jornalística 106, 110, 113, 116, 117, 119

P

Pandemia COVID-19 1, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Plano Municipal de Educação 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41

Política educacional 31, 32, 33, 35

Prática de produção de textos 106

Primeiros socorros 162, 163, 164, 165, 166

Probabilidade 134, 180, 185, 186, 187, 190, 192, 193

Processo ensino-aprendizagem 75, 79, 126, 142, 148

Professor 17, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 43, 73, 74, 83, 85, 87, 89, 94, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 111, 112, 113, 118, 121, 122, 144, 146, 149, 152, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 183, 187, 188, 205, 208, 209, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Projeto de pesquisa 142, 143, 147, 149, 171, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Q

Questões de física 130, 139

R

Redes sociais 79

Roteiro 43, 44, 45, 46, 116, 174

S

Sequência didática 106, 111, 112, 113

Sexo 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138

Sociedade 15, 17, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 52, 53, 56, 57, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 107, 108, 111, 113, 114, 117, 119, 124, 127, 132, 137, 138, 145, 164,

171, 172, 173, 175, 178, 187, 195, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 220, 224

Suporte básico de vida 162, 163

Sustentabilidade 194, 204, 205, 207, 212, 213, 214, 216

T

Tecnologia de groupware 79, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90

Tecnologia digital 44, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 153

TIC 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 84, 154, 155, 156, 158

V

Viagem 43, 44, 45, 46

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

5



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

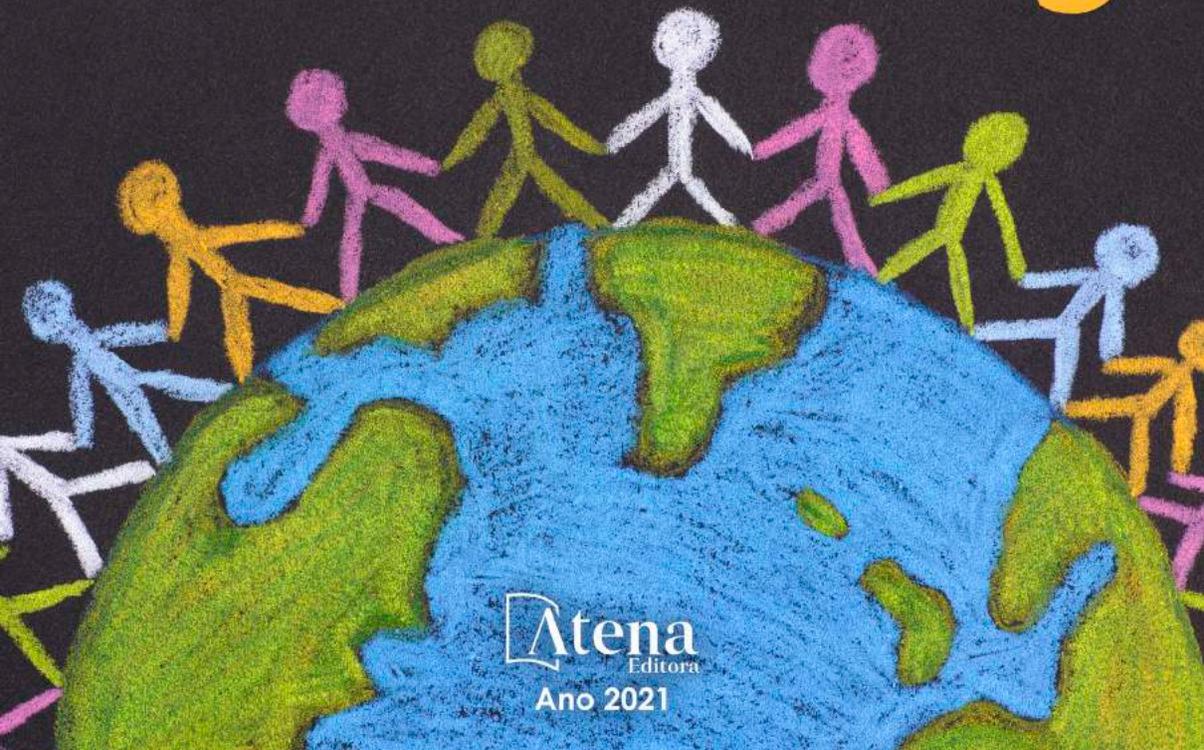
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

5



Atena
Editora
Ano 2021